

Paradigmas do desenvolvimento e o exemplo do Instituto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas através do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Vale do Jequitinhonha-MG

Marcela de Oliveira Pessoa

Mestre em Políticas Sociais. Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ

E-mail: marcelapessoa.mg@gmail.com

Marlon Gomes Ney

Doutor em Economia Aplicada. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, RJ.

E-mail: marlonney@uenf.br

Resumo

O *desenvolvimento* foi um dos conceitos que nortearam as políticas públicas no Brasil ao longo do século XX, sendo concebido eminentemente como crescimento econômico. No berço do século XXI, esta concepção começa a sofrer mudanças, inserida no processo de transformações político-administrativas do Estado brasileiro. Tais alterações, que visam articular desenvolvimento, democracia participativa, sustentabilidade e valorização das diferenças regionais; passam a servir como regras para a implementação de novas políticas e atuação de instituições inovadoras. Este artigo situa o presente contexto destas mudanças a partir da experiência do Instituto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas e do Projeto de Combate à Pobreza Rural.

Palavras-chave

Desenvolvimento regional. Desenvolvimento rural. Projeto de Combate à Pobreza Rural. Vale do Jequitinhonha. Instituto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas.

Development paradigms and the example of the Institute for Development of the Valleys of Jequitinhonha and Mucuri and the North of Minas according to the Project of Combat against Rural Poverty in the Valley of Jequitinhonha-MG

Abstract

The development was one of the concepts that guided the public policy in Brazil throughout the twentieth century, being mainly conceived as economical growth. In the cradle of the new century, this conception begins to undergo changes inserted into the process of political and administrative transformation of the Brazilian State. These changes, that aimed to link development, participatory democracy, sustainability and enhancement of regional differences, come to serve as rules to implement new policies and innovative institutions. This paper situates the context of these changes from the experience of the Instituto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas with the Rural Poverty Reduction Project (PCPR).

Keywords

Regional development. Rural development. Rural Poverty Reduction Project. Jequitinhonha Valley. IDENE

INTRODUÇÃO

Durante o século XX houve a consolidação das políticas sociais no Ocidente mediante o que foi denominado políticas de bem-estar social. O Brasil, a exemplo de outras nações latino-americanas, desenvolveu suas políticas sociais em articulação com a burocratização do Estado e o processo de industrialização. Segundo o estruturalismo marxista, isto seria coerente, dado que tais políticas seriam um produto das contradições do modo de produção capitalista (SPING-ANDERSEN, 1991). Não distante da análise dos institucionalistas, que considera que elas visam a administração dos conflitos entre classes pelas mediante as ações do governo, a fim de estabelecer acordos de interesses entre empresas e trabalhadores (SPING-ANDERSEN, 1991).

Uma vez que o processo de crescimento econômico, mediado pela industrialização e urbanização, foi considerado durante a maior parte do século XX como sinônimo de desenvolvimento, também é compreensível que tais políticas sociais tenham marginalizado as populações rurais. As políticas de desenvolvimento implementadas no campo foram direcionadas para a expansão produtiva, favorecendo uma minoria de grandes proprietários de terra, enquanto a maioria dos trabalhadores do campo sofreu o processo de deterioração dos seus meios de vida a ponto de utilizar-se da migração como alternativa de sobrevivência.

A perversa modernização do campo, levada a cabo a partir da “revolução verde” brasileira, foi um dos principais efeitos sofridos pelos trabalhadores rurais no âmbito das políticas públicas, especialmente pelos produtores familiares há muito estabelecidos em regiões esquecidas pelo Estado brasileiro. Este foi o caso das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha-MG. Região que veio a emergir

no cenário nacional a partir da década de 1970 como reduto de miséria e exportadora de braços para o trabalho sazonal. Imagem motivada pela concepção de que o rural é sede do atraso, nascida da visão fragmentada de que a industrialização é a única solução para o desenvolvimento.

Na macrorregião do Vale do Jequitinhonha (figura 1), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) foram as principais instituições de desenvolvimento a intervir durante o século XX. Elas tiveram suas políticas alicerçadas no paradigma dominante que concebia desenvolvimento como crescimento econômico. A Sudene compreendia que o desenvolvimento da mesorregião mineira seria promovido, principalmente, mediante os efeitos multiplicadores advindos do estímulo ao crescimento da atividade industrial implementada na macrorregião Norte de Minas.

Enquanto o papel da Codevale era, sobretudo, o de contribuir com a formação de uma mentalidade empresarial, promovendo lideranças econômicas e aplicando recursos financeiros sob a forma de projeto de todas as esferas de atividade da população (SANTOS, 1971). Sob a retórica do período, a Codevale, em especial, deveria reorientar as atividades econômicas, políticas e sociais visando superar a trilogia pecuária-lavoura de subsistência-mineração, que sustentavam (e ainda sustentam) a região. As instituições ocasionalmente trabalhavam juntas, e embora reclamassem sanar aspectos básicos em infraestrutura (como falta de acesso à energia elétrica, rede rodoviária, comunicações, educação, saúde e saneamento) a criação do aparelho produtivo que pretendiam implementar acabava por rejeitar ou abandonar as potencialidades já existentes nas atividades do território.

FIGURA 1:
Macrorregião do Vale do Jequitinhonha dividida em três microrregiões



Fonte: GOMES *et al*, 2009.

O resultado destas políticas de desenvolvimento, orientadas quase exclusivamente para a industrialização, foi a pouca abrangência das reais carências das comunidades. Isto porque seu modelo de ação baseava-se em uma ordem tecnocrática de implementação de políticas de cima para baixo (*top down*), o que, na tradição personalista e patrimonialista do Estado brasileiro, convinha, especialmente, a privilégios e barganhas da minoria mais abastada.

MUDANÇAS RECENTES

Nas últimas décadas do século XX, visualizamos duas mudanças significativas de âmbito internacional e repercussão nacional: a crítica à concepção de desenvolvimento com fins meramente produtivistas e a instauração de um modelo administrativo que reza pela gestão democrática e pluriparticipativa, amparado pela Carta Constitucional de 1988 e descentralização do Estado brasileiro. Estes dois movimentos são determinantes para as mudanças

no plano das políticas sociais públicas que têm se desenvolvido desde então. Hoje se defende o modelo gestor de estilo *botton up*, em que se pretende que a política pública seja configurada a partir dos problemas que visa, e que seu processo de implementação incorpore os diferentes atores públicos e privados envolvidos, dando ênfase à participação do seu público-alvo.

A mudança para o novo modelo, que incorpora maior participação popular, sugere uma alternativa diferenciada na forma de promover as políticas sociais, posto que possibilita a incorporação de variáveis locais e regionais que podem ser determinantes na promoção de ações de desenvolvimento mais coerentes com a realidade. Através dela se permitiria contemplar as especificidades, diversidades e capacidades sociais e ambientais de um país heterogêneo como o Brasil. Assim, o novo modelo sugere a superação da gestão tecnocrática, da concepção de desenvolvimento meramente produtivista e, mesmo, possibilidades de se explorar um novo olhar sobre o meio rural.

A partir da década de 1990, algumas políticas vêm sendo implementadas com o interesse de se enveredar por tais meandros, que pressuporiam a criação de um novo paradigma político-administrativo. Por exemplo, temos os programas Bolsa Família e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Para Amaral e Silveira (2006, p.2), os programas Bolsa Escola e Renda Mínima têm o diferencial de conceder o benefício em dinheiro, que denota a ideia implícita de que “as famílias são capazes de gerir suas necessidades e recursos de forma mais adequada que os programas assistenciais de tipo tradicional”. Políticas públicas desse tipo ultrapassariam o condicionamento político-partidário de outrora e a cultura do apadrinhamento sobre os programas sociais, melhoram o consumo familiar (em alimentação, vestuário e moradia) e têm efeitos dinamizadores da renda. Embora haja ainda reservas em relação a esse tipo de política, seu

modelo aponta para uma flexibilização em relação aos interesses a serem atendidos, pois a finalidade dos recursos oferecidos são condicionados pelos próprios beneficiários.

Já o Pronaf teria a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores, aumentando sua capacidade produtiva, gerando empregos e melhorando a renda mediante capacitação, oferta de infraestrutura e serviços de crédito (ORTEGA, 2008). Além disso, foi devido à necessidade de gestão dos recursos advindos desse programa que foram criados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, que sendo compostos por, pelo menos, 50% de representantes da agricultura familiar (ORTEGA, 2008), emergiriam como espaço para os agricultores debaterem e medirem alternativas para o desenvolvimento em acordo com a própria realidade.

No Vale do Jequitinhonha, o Bolsa Família bem como o Pronaf são duas políticas de significativa relevância. De todo modo, programas voltados para o rural a partir do pequeno produtor são mais coerentes para o Vale do que os que valorizam a grande escala. Os programas de produção de larga escala acumam a população em nichos espaciais e culturais, enquanto os de pequena escala vitalizam as condições tradicionais de reprodução (RIBEIRO, 2007). Assim, os últimos fazem-se necessários para regiões como o Vale do Jequitinhonha, em que ainda predomina o fenótipo rural, com a resistência da população em permanecer no campo, nas formas de produção e vida que lhe são típicos.

Teria sido a partir do reconhecimento do modo malsucedido como se operou o desenvolvimento no Brasil, e julgando-se consciente da necessidade de buscar novas estratégias que absorvam os conhecimentos locais e implementem “com eficiência, criatividade e permanente participação popular, projetos e programas que resultem em efetivos avanços para o bem-estar da sociedade” (IDENE, 2011), que foi criada a Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento

dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas (Sedvan). Sua finalidade seria operacionalizar políticas que visassem o desenvolvimento socioeconômico das macrorregiões que abrange. Para tanto, estabeleceu-se o Instituto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas como órgão executor das políticas orientadas pela Sedvan.

Os principais objetivos do Idene são combater a pobreza rural e as desigualdade sociais, visando investir na formação do capital humano e social, implementando programas e projetos que transformem as potencialidades regionais em produtos, gerando trabalho e renda (IDENE, 2011). Busca também atrair investimentos, firmar cooperação com diferentes instituições, promover inclusão social e cidadania, mobilizar lideranças, capacitar agentes, articular atores e criar redes de desenvolvimento participativo sustentável (IDENE, 2011). Para tentar atingir tais objetivos, o Idene vem atuando mediante diversos programas, um dos quais, com grande complexidade, é o Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR). O PCPR objetiva financiar ações das comunidades a favor da melhoria na sua qualidade de vida, por meio de investimentos em subprojetos de infraestrutura¹, sistemas produtivos² e fins sociais³.

O PCPR, assim, é concebido como uma política social, dado que, como classificara Marshall (1967), trata-se de uma política de governo que diz respeito à ação que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços ou renda; além do fato de ser direcionado para atender sujeitos que historicamente estiveram à margem da sociedade. Portanto, sendo de caráter público, tem suas particularidades por visar aqueles cuja situação social requer proteção devido às discrepâncias socioeconômicas presentes numa sociedade desigual. Além disto, os objetivos

do PCPR se tornam diferenciados por invocar o novo paradigma administrativo, tentando articular o desenvolvimento com descentralização, democratização/participação e sustentabilidade.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Por meio de pesquisa de campo, realizada para a concepção da dissertação de mestrado intitulada “Caminhos do Jequitinhonha: análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha – MG” (PESSÔA, 2012), foram apreendidos alguns resultados do PCPR bem como da ação do Idene que exemplificam as circunstâncias em que se envolvem instituições que pretendem ser inovadoras e defensoras daquele novo paradigma.

A pesquisa, exploratória, foi efetuada em comunidades rurais de cinco municípios⁴ do Médio Jequitinhonha, no período de agosto a novembro de 2011, e embora se aproveitasse de dados quantitativos, enveredou por uma metodologia qualitativa que apoiou-se em levantamento documental, observação não participante e entrevistas. As entrevistas foram semiestruturadas⁵, dirigidas por um roteiro de perguntas focalizado, mas não padronizado, no intuito de flexibilizar a coleta de opiniões e reflexões dos entrevistados. A metodologia foi adotada por se apoiar na crença de Kliksberg (1999), para quem o público beneficiado é fonte de sabedoria conquanto as suas próprias deficiências e urgências, bem como representa os juízes mais indicados a avaliar os efeitos reais de programas de políticas públicas.

A pesquisa contou com a colaboração de diferentes sujeitos, desde membros das comunidades, agentes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG), como dos próprios agentes do Idene na esfera microrregional.

¹ Poços, cisternas, eletrificação rural etc.

² Mecanização agrícola, casas de rapadura e farinha, apicultura, oficina de roupas etc.

³ Construção/reforma de escolas, lavanderias, postos de saúde etc.

⁴ Araçuaí – Comunidade Alfredo Graça, Virgem da Lapa – Comunidade de Paredão, Ponto dos Volantes – Comunidade de Pedra Alta, Itinga – Comunidade Piauí Pereira, e Itaobim – Comunidade de Queimadão.

⁵ Foram realizadas 25 entrevistas.

É importante pontuar que tanto o Idene da esfera microrregional⁶, quanto a macrorregional⁷ e a supralocal⁸ foram solícitos conquanto a quaisquer informações necessárias à pesquisa, denotando boa vontade como servidores públicos para uma transparência administrativa, que também é um dos pressupostos do novo modelo de gestão do Estado. Os resultados obtidos podem ser, de modo geral, compreendidos a partir de três categorias: a) físico-ambientais; b) sociais; c) econômicas.

RESULTADOS ENCONTRADOS

Dos aspectos físico-ambientais releva-se o fato de que, de acordo com os entrevistados, os empreendimentos implementados – nos casos observados, as fabriquetas de farinha e rapadura – são de grande valia para a melhoria da qualidade do trabalho da população das comunidades. Embora nem todos que componham as associações rurais⁹ das comunidades se interessem pela produção nas fabriquetas, aqueles que as utilizam consideram que vieram a aperfeiçoar a forma de trabalho empreendida. Isto implica que a infraestrutura concebida, composta por sede e maquinário, facilita a produção, visto que o modo tradicional de produzir rapadura, e especialmente farinha, demanda muita gente e exaure as forças do trabalhador. O resultado é a economia de tempo e mão de obra, que passam a poder ser utilizados em outras atividades. No entanto, os produtores ainda enfrentam alguns desafios. Por exemplo, a forma de torrefação do maquinário produz uma farinha cujo aspecto e/ou sabor e/ou densidade não agradam aos produtores e consumidores. Esse foi o caso da comunidade de Pedra Alta, em que para solucionar a questão os beneficiários resolveram acoplar uma torradeira manual à fabriqueta.

⁶ Sede Araçuaí.

⁷ Sede Diamantina.

⁸ Sede Belo Horizonte.

⁹ Para a submissão de subprojetos produtivos, sociais ou de infraestrutura ao Idene, a instituição exige a organização das comunidades rurais em associações consolidadas mediante o Código Civil. Mais especificamente o Título II, Capítulo II da Lei Federal 10.406 de 2002.

Grandes dificuldades enfrentadas pelos beneficiários do PCPR provêm de problemas de cunho ambiental. Embora o Idene faça a checagem ambiental do espaço, nem sempre a análise é devidamente aproveitada. Dois casos diferentes que elucidam os dilemas provêm das comunidades de Alfredo Graça e Queimadão. Na primeira, uma fabriqueta de rapadura teve o infortúnio de obter em grande parte da sua produção a cana salobra¹⁰. Assim, toda a produção estaria perdida, se não fosse a criatividade dos membros da comunidade em aproveitá-la como melaço salgado para o gado. O caso da fabriqueta de farinha de Queimadão foi ainda mais crítico. Sabe-se que uma farinheira demanda grande quantidade de água para assegurar a boa lavagem da mandioca, especialmente quando da mandioca brava¹¹. No entanto, a comunidade de Queimadão não possui mananciais de água! Para ter água de qualidade, a comunidade depende de poços artesianos na chapada, cuja bomba eventualmente está danificada. Os poços artesianos presentes na comunidade possuem água salobra. Embora esses casos representem a serem superados, eles não seriam incontornáveis se os relatórios técnicos fossem mais bem apreciados e se fosse feito melhor acompanhamento das atividades.

Dos aspectos sociais, as comunidades também experimentam duas circunstâncias ambíguas. O Idene, com a exigência da composição das associações comunitárias e a participação nos CMDRS para acessar os recursos do PCPR, estaria estimulando as comunidades a se tornarem mais integradas e participativas. Estaria, supostamente, estimulando o capital social intracomunitário e intercomunitário, haja vista que este provém de relações de confiança, reciprocidade e cooperação, que seriam fomentados tanto no âmbito da comunidade como no espaço público municipal. Além disto, as exigências feitas pela instituição no que tange à transparência administrativa servem de exemplo para a comunidade e alimentam laços

¹⁰ Salgada.

¹¹ Imprópria para o consumo humano senão através da apreciação da farinha.

de capital social também entre a comunidade e a instituição. E ainda, a instituição negligencia a tradição personalista e patrimonialista comum à realidade brasileira e isto também se torna um percalço no adequado desempenho do projeto.

Para a realização dos subprojetos estão envolvidas tanto as prefeituras quanto a Emater e, ocasionalmente, essas instituições estão inseridas em relações daquele tipo. Isso acaba por interferir negativamente no acesso à informação das comunidades em relação ao que ocorre no Idene e PCPR; bem como pode ser entrave para a produção mediante o atraso em cumprir sua parte no nível de cooperação que tem para com os empreendimentos. Um exemplo disto foi, também, o caso da farinha de Queimadão, que não tinha energia porque a prefeitura não tinha entregado o transformador elétrico adequado, ou, ainda, porque não resolvia a questão da bomba de água local. Já em outra comunidade¹² havia problemas com o acesso às informações. Dependente da colaboração de membros da Emater, a localidade, que era quase inacessível, tinha problemas em receber comunicação respeito dos dias dos encontros do CMDRS, e, além disto, obteve a informação equivocada de que só era possível solicitar os recursos do PCPR uma vez.

É possível que a presença mais constante do Idene nas comunidades e sua maior cobrança sobre as instituições colaboradoras ajudasse a solucionar aspectos como os apontados. No entanto, devido ao fato de que se tratam de apenas três agentes microrregionais para acompanhar numerosas comunidades distribuídas por 15 municípios, como ocorre no Médio Jequitinhonha, torna-se impossível maior interação. Além disto, o cargo dos agentes tem alta rotatividade, por serem contratos de curtos períodos (seis meses a dois anos) não remanejados intrainstitucionalmente; assim, os laços entre instituição e comunidades são reiteradamente solapados. Logo, ao mesmo tempo que, as ações do Idene tentam estimular o capital social, ela mesma o dilapida.

Por fim, considerando a economia como um dos aspectos indispensáveis do tecido social – como elemento inter-relacional e não apenas como instrumental financeiro –, cabe relevar que o PCPR ainda não atingiu os objetivos esperados. Embora o programa seja desejado e bem recebido pelas comunidades, existem diversas complicações que entravam a qualidade de seu desempenho. No que tange à geração de renda para instrumentalizar a melhoria de vida das comunidades, o PCPR ainda não tem promovido grandes mudanças. O resultado mingüado é derivado dos percalços de ordem físico-ambiental e social que agem sobre a funcionalidade dos projetos. Sobremaneira, o PCPR tem deixado em segundo plano sua capacidade de potencializar o capital social intracomunitário e desenvolver o intercomunitário. Espera-se que a instituição responsável operacionalize o compromisso do PCPR na promoção do capital social de fato, e não o deixe apenas como elemento virtual, um jargão que se encaixa entre os itens especificados pelo Banco Mundial, seu colaborador financeiro. Um exemplo das fragilidades do programa concerne ao seguinte fato: com a implementação dos subprojetos das fabriquetas, cada membro comunitário se torna produtor, e todos os produtores submetem seus artigos para o mesmo mercado municipal, tornando-se concorrentes intra e intercomunidades. Se entre os objetivos da instituição se encontram aspectos como contribuir na comercialização, na articulação de atores e, principalmente, na criação de redes de cooperação – tal como se espera com a potencialização do capital social, a mesma tem agido ainda abaixo de suas possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso do Idene e do PCPR serve para elucidar a complexa trama em que se inserem as instituições que se propõem inovadoras e os programas sociais que visam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de forma participativa e integradora. O maior mérito da instituição, de acordo com o que foi levantado, é o fato de que age com transparência, agilidade, rigor e ética para

¹² Prefere-se não mencionar o nome da comunidade para evitar constrangimentos.

com os beneficiários, o que lhe rende a confiança e apreciação deles. Já o PCPR tem o mérito de estar voltado para aqueles que realmente carecem de apoio governamental, e por influenciá-los positivamente na renovação de suas esperanças.

Contudo, a operacionalização do projeto ainda carrega deficiências devido aos recursos escassos e pessoal limitado. Além disto, a instituição ainda peca por ignorar que, embora sua ação tenha uma conotação positiva, está inserida em toda uma rede de relações conservadoras que devem ser confrontadas para que haja maior retorno em prol do desenvolvimento socioeconômico, tanto do Vale do Jequitinhonha como nas outras mesorregiões de abrangência. Faz-se necessário fomentar forças internas através de capacitação, estímulo ao cooperativismo e criação de redes locais que contribuam para que a população local desenvolva/fortaleça a reação autônoma¹³ à pressão heterônoma¹⁴ da superestrutura que a condiciona a pobreza.

A experiência do Idene e PCPR mostra que, embora haja agências e políticas sociais que visam realmente se inserir no marco democrático-participativo, voltado para o desenvolvimento socioeconômico a partir da sustentabilidade local e valorização das particularidades e diversidades nacionais, tudo ainda é muito recente. Isto implica que nem a população nem as demais instituições estão ainda preparadas para agir em acordo com tais pressupostos.

¹³ Reação autônoma implica organizar e movimentar as forças a partir de dentro, e pode “ser mensurada pela capacidade dos atores que vivem neste território em desviar o movimento imposto pela pressão heterônoma e de redirecioná-lo positivamente para a criação consciente de valores adicionados (recursos específicos) localmente” (MULS, 2008 p.10).

¹⁴ Pressão heterônoma implica o movimento de forças externas sobre determinada localidade; uma destas manifestações, segundo Muls é a divisão internacional do trabalho que é “forte elemento de regulação que destrói, pela uniformização das normas e hierarquização das tarefas, as estruturas do espaço local tradicional” (MULS, 2008 p.10).

Ações como as do Idene e PCPR servem de exemplo para que demais atores e agências busquem se introduzir nas transformações necessárias para a promoção de formas de desenvolvimento que realmente auxiliem na superação da pobreza e das desigualdades regionais. No entanto, para que isto ocorra efetivamente, essas instituições e políticas inovadoras não devem apenas aguardar de forma passiva que a mudança ocorra; pois é mais fácil que a tradição conservadora as invada que o oposto, visto que é parte do poder hegemônico. A análise permite a conclusão de que as agências inovadoras ainda agem de forma deficiente, sofrendo na construção de um paradigma por melhores anseios em meio a uma herança de inércia e ações paliativas.

Conceitos como desenvolvimento social, sustentabilidade, participação e, principalmente, capital social, têm se tornado, sobremaneira, jargões no âmbito político-administrativo; de modo que as ações nem sempre condizem com seus pressupostos. É por isto que concebemos que o que prevalece, neste início de século, é ainda um *protoparadigma* político-administrativo no que tange àqueles conceitos, pois o discurso ainda caminha muito à frente de ações eficientes para as transformações esperadas.

Para que tais mudanças realmente aconteçam, as agências e políticas inovadoras não devem negligenciar as relações de poder em que se inserem; e devem convidar e capacitar a população para as quais se dirige a tomar também as rédeas desta transformação. Só assim a mudança poderá se disseminar e cristalizar nas diferentes agências públicas e privadas, de modo a se institucionalizar no âmbito tanto formal quanto informal. Instituições são importantes para o desenvolvimento, mas sofrem a interferência de diferentes interesses, o que deve ser levado em conta. Caso o Idene não procure tomar medidas necessárias para alcançar um desempenho mais exitoso que ações tópicas e localizadas, deverá se questionar que tipo de desenvolvimento advoga e a que interesses realmente tem servido.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Carlos; SILVEIRA, Caio M. *O Programa Bolsa-Escola em Minas Gerais – concepção, implementação e desafios*. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.iets.inf.br/biblioteca/O_programa_Bolsa-Escola_em_Minas_Gerais.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- GOMES, Marília M.F.; GONZAGA, Marcos R.; UMBELINO, Glauco; FÍGOLI, Moema G.B.; RODRIGUES, Roberta N. *O 'sertão nordestino' mineiro: caracterização e projeção populacional das microrregiões do Vale do Jequitinhonha, 2000-2030*. In: SEMINÁRIO VISÕES DO VALE 4. Belo Horizonte, 2009.
- IDENE. Disponível em: <<http://www.minassistemas.com.br/IDENE>>.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Seis tesis no convencionales sobre participacion*. Centro de documentacion em politicas sociales. Documentos/18. Buenos Aires, 1999. Disponível em: <http://estatico.buenosaires.gov.ar/areas/des_social/documentos/documentos/18.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- MARSHALL, Thomas H. *Política social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MULS, Leonardo M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. *Revista Economia*. jan.-abr. 2008.
- ORTEGA, Antônio C. *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas,; Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008.
- PESSÔA, Marcela de O. *Caminhos do Jequitinhonha: análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha-MG*. 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, UENF.
- RIBEIRO, Aureo E. M. *Para repensar a história e o desenvolvimento rural do Jequitinhonha*. In: _____ (org.) *Feiras do Jequitinhonha*. Mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil: Universidade Federal de Lavras, 2007.
- SANTOS, Rafael S. *Vale do Jequitinhonha: temas e problemas*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1971.
- SPING-ANDERSEN, G. *As três economias políticas do welfare state*. In: Lua Nova, nº24. Set, 1991.